

Educação ambiental em saneamento e gestão de recursos hídricos na sub-bacia do Rio Jiquiriçá

Mara da Silva Rosa*, Maria Eneida Ribeiro de Castro**, Helena dos Anjos Burgos***, Emanuel Silveira Mendonça****, Maria do Carmo Nunes Pereira*****, Luiz Mário Gentil*****

Resumo

A educação ambiental é um importante instrumento para a gestão ambiental, possibilitando ampliar e qualificar a participação dos diversos setores sociais. A educação ambiental tem um papel fundamental no processo de efetiva implantação da gestão descentralizada e participativa de recursos hídricos preconizada pela Lei 9.433/97.

A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES - Seção Bahia, implantou em 17 municípios da sub-bacia do Rio Jiquiriçá um programa de educação sanitária e ambiental, através de convênio de cooperação técnica firmado com a Superintendência de Recursos Hídricos, órgão da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado da Bahia, com recursos da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. A metodologia baseou-se no enfoque de resolução de problemas e na valorização do ambiente imediato como principal recurso pedagógico.

Palavras-chave: educação ambiental, gestão dos recursos hídricos.

Abstract

Environmental education is an important tool for the environmental management as it allows the involvement of all social sectors of the society. The environmental education has an important role in the process of effective implementation of the decentralized and participative water resources management according to principles established in the Law 9.433/98.

The Brazilian Association of Sanitary and Environmental Engineering – ABES (Bahia Section) has implemented in 17 municipalities of the Jiquiriçá River Hydrographic Basin an Environmental and Sanitary Education Program, contracted by the State of Bahia Water Resources Authority, an institution linked to the Infra-structure Secretariat of the State Government, with financial support of the Environmental Ministry. The methodology was focused on environmental problems resolution and valorization of the surrounding environment, as the main pedagogic resource.

Key words: environmental education, water resources management.

INTRODUÇÃO

No período de março de 2000 a fevereiro de 2001, a Seção Bahia da Associação Brasileira de

Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES desenvolveu o Programa de Educação Sanitária e Ambiental da Sub-bacia do Rio Jiquiriçá, através de Convênio de Cooperação Técnica firmado com a Superintendência de Recursos Hídricos, órgão da Secretaria de Infra-Estrutura do Governo do Estado da Bahia, com recursos da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

Neste artigo apresenta-se a metodologia, as atividades e os principais resultados do Programa, demonstrando a importância da educação ambiental e da sua contribuição para a gestão participativa

* Socióloga e Educadora Ambiental, Consultora da ABES – BA. thessaloniki@uol.com.br

** Geóloga e Educadora Ambiental, Consultora da ABES – BA. enelda@svn.com.br

*** Educadora Ambiental, Consultora da ABES – BA. lenaburgos@yahoo.com.br

**** Engenheiro Sanitarista, Superintendente de Políticas Públicas da SEMARH/BA e Secretário da ABES – BA. emanuel@semarh.ba.gov.br

***** Bióloga e Tesoureira da ABES – BA. mc@srh.ba.gov.br

***** Engenheiro Civil, Coordenador de Programas e Projetos da SEMARH/BA. lgentil@semarh.ba.gov.br

e descentralizada dos recursos hídricos, preconizada pela Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997.

A SUB-BACIA DO RIO JIQUIRIÇÁ

A sub-bacia do Rio Jiquiriçá (vide mapa p. 555) tem uma área de 6.900 km², equivalente a 39% da área total das Bacias do Recôncavo Sul, de 17.540 km². Estende-se do Planalto de Maracás até a divisa entre os municípios de Jaguaripe e Valença, abrangendo 25 municípios. A área de trabalho do Programa de Educação Sanitária e Ambiental da Sub-bacia do Rio Jiquiriçá contemplou 19 municípios que estão, total ou parcialmente, inseridos na sub-bacia do Rio Jiquiriçá, pertencente às Bacias do Recôncavo Sul, localizadas na II Região Administrativa da Água do Estado da Bahia. Possuem realidades sócio-ambientais distintas, uma vez que os 19 municípios distribuem-se entre três Regiões Econômicas (Litoral Sul, Recôncavo Sul e Sudoeste) e quatro Unidades Geoambientais, definidas pela vegetação e pelas condições climáticas (Floresta Perenifólia, Floresta Estacional, Caatinga e Formações Edáficas).

A população total dos 19 municípios que integraram o Programa de Educação Sanitária e Ambiental da Sub-Bacia do Rio Jiquiriçá é de 360.132 habitantes (IBGE, 1996), com equilíbrio entre as populações rural (47,85%) e urbana (52,15%).

A intensa antropização da sub-bacia do Rio Jiquiriçá fica evidenciada ao verificar-se que a densidade demográfica do conjunto dos 19 municípios é de 32,66 hab/km², bastante superior à média do estado da Bahia, que é da ordem de 22,90 hab/km². Observando a situação de cada município, verifica-se que 14, dentre os 19 municípios, apresentam densidade demográfica superior à média do Estado.

O quadro 1 apresenta os Índices de Desenvolvimento Econômico (IDE); Desenvolvimento Social (IDS) e Desenvolvimento Socioeconômico (IDSE), estabelecidos pela Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos do Estado da Bahia – SEPLANTEC/SEI.

Quadro 1
Classificação dos municípios, segundo o Índice Geral de Desenvolvimento Socioeconômico – 1996

MUNICÍPIOS	IDE (1)	IDS (2)	IDSE (3)	CLASS. (4)
Amargosa	95,12	31,66	54,88	50º
Brejões	87,66	23,44	45,38	95º
Cravolândia	24,76	23,50	24,12	327º
Elísio Medrado	49,38	18,18	29,96	244º
Irajuba	21,63	18,99	20,27	368º
Itaquara	52,62	23,07	34,84	178º
Itiruçu	57,70	26,01	38,74	141º
Jaguaquara	131,56	21,62	53,33	55º
Jaguaripe	45,99	16,52	27,57	273º
Jiquiriçá	52,12	22,66	34,36	186º
Lagedo do Tabocal	19,69	17,79	18,72	382º
Laje	71,58	26,92	43,89	106º
Maracás	69,22	17,15	34,45	184º
Mutuípe	84,62	28,71	49,29	73º
Nova Itarana	32,03	26,79	29,29	252º
Planaltino	43,82	16,25	26,68	288º
Santa Inês	58,13	27,34	39,87	131º
Ubaíra	60,76	17,34	32,46	209º
Valença	173,09	18,93	57,24	44º

Fonte: SEPLANTEC/SEI - Anuário Estatístico da Bahia 1999
(1) IDE - Índice de Desenvolvimento Econômico; (2) IDS - Índice de Desenvolvimento Social; (3) IDSE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (4) Classificação de cada município, no ranking dos 415 municípios do estado da Bahia.

Pode-se observar que os 19 municípios que compõem a área de trabalho do Programa de Educação Sanitária e Ambiental da Sub-Bacia do Rio Jiquiriçá apresentam grande diversidade de condições socioeconômicas.

A economia dos municípios da sub-bacia do Rio Jiquiriçá tem como base a agropecuária. As principais culturas são o café, o cacau, a mandioca, a fruticultura e a horticultura. O cultivo de mamona está ressurgindo, estimulado por condições favoráveis de mercado. A pecuária apresenta maior expressão nos municípios de Amargosa, Jaguaquara, Planaltino e Ubaíra. No município de Nova Itarana, onde a caatinga é o ecossistema predominante, a caprinocultura supera a pecuária bovina em importância. Os municípios de Valença e Jaguaquara são os principais centros de comércio e serviços, atividades que justificam o maior peso econômico destes municípios dentro da sub-bacia. O município de Jaguaquara é, também, grande produtor de hortaliças. As atividades industriais estão voltadas para o beneficiamento da produção local, como é o caso da indústria de laticínios, em Amargosa, e do beneficiamento do café, em Itiruçu e Brejões. A pesca e o turismo são atividades econômicas relevantes nos municípios litorâneos

de Jaguaripe e Valença. Os municípios do Vale do Jiquiriçá também desenvolvem, em menor escala, atividades turísticas.

O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

Metodologia

A metodologia do Programa de Educação Sanitária e Ambiental da sub-bacia do Rio Jiquiriçá é participativa, valorizando o ambiente local como principal recurso didático e adotando o enfoque de resolução de problemas. Tem como pressupostos as recomendações das Conferências Internacionais de Educação Ambiental (Tbilisi/1977, Moscou/1987 e Thessaloniki/1997) e a legislação brasileira afim aos objetivos do Programa, com destaques para a Lei 9.795, de 27/04/1999, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental, e para a Lei 9433, de 08/01/1998, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

Fase preparatória

A fase preparatória do trabalho abrangeu visitas técnicas, elaboração do perfil sócio-ambiental e articulação com prefeituras, entidades comunitárias, órgãos governamentais e não-governamentais atuantes na área de trabalho ou com objetivos afins. A fase preparatória possibilitou:

- estabelecer contato inicial com as prefeituras e organizações locais;
- divulgar a proposta de trabalho do programa, seus objetivos e metodologia;
- sensibilizar os representantes locais em relação à proposta;
- construir parcerias para facilitar a realização dos cursos de capacitação;
- levantar dados sobre o perfil sócio-ambiental da área, com destaque para os problemas ambientais da sub-bacia e as ações em curso, voltadas para solução desses problemas;
- levantar as demandas por conhecimentos técnicos a serem atendidas através dos cursos de capacitação.



Vista do Rio Jiquiriçá a montante da BA 420

Durante essa fase, observou-se que o desmatamento e a carência de saneamento básico são claramente percebidos como os problemas ambientais mais relevantes para o conjunto da sub-bacia. A insuficiência e/ou má qualidade da água para abastecimento (7 municípios), o manuseio inadequado de agrotóxicos (8 municípios), a pesca predatória (3 municípios), o assoreamento dos cursos d'água (4 municípios) e o despejo de resíduos oriundos de matadouros, pocilgas, currais, açougues, salga de carnes, casas de farinha e lavagem de carros (5 municípios) foram outros problemas destacados. O município de Itaquara registrou a ocorrência de enchentes na sede, resultando até em relocação de moradores para áreas mais distantes do rio Casca.

O desmatamento foi registrado em todos os municípios, causado tanto pela extração indiscriminada de madeira (no município de Cravolândia, o IBAMA fechou uma serraria que funcionava irregularmente), como pela ocupação urbana e pela agropecuária.

A prática da pecuária sem manejo adequado, às margens do Rio Jiquiriçá e afluentes, prejudica a recarga hídrica, devido à derrubada das matas ciliares e à compactação do solo, contribuindo para o assoreamento dos cursos d'água com o desbarreamento das margens, além da contaminação oriunda do lançamento de dejetos dos currais e pocilgas.

A prática da agricultura, também sem o adequado manejo, acarreta o desmatamento e a contaminação das águas superficiais e subterrâneas pelos agrotóxicos e fertilizantes, além dos conflitos de uso entre irrigantes e a EMBASA, que já começam a ser registrados nos municípios de Brejões, Jaguaquara e Maracás.

O manuseio inadequado de agrotóxicos, registrado por 8 municípios, apresenta maior gravidade em Jaguaquara, onde seus impactos sobre a saúde têm sido objeto de estudos realizados pela FUNDACENTRO/Ministério do Trabalho, pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, bem como de intervenções para minimizar o problema, através da construção de três lixeiras para embalagens dos produtos tóxicos.

A ausência ou insuficiência de cobertura dos sistemas de esgotamento sanitário é característica comum aos 19 municípios.



Rio Casca, afluente do Jiquiriçá, que corta a cidade de Jaguaquara

A EMBASA implantou SES (Sistema de Esgotamento Sanitário) nos municípios de Jiquiriçá, Laje, Mutuípe, Santa Inês e Ubaíra. O município de Itaquara implantou rede coletora, com recursos do PASS/BID.

Os municípios de Cravolândia, Itaquara, Jaguaripe e Jaguaquara dispõem de projetos de SES, aprovados pela EMBASA, aguardando execução. Nova Itarana encaminhou projetos para ampliação da rede coletora e construção de ETE à Caixa Econômica Federal (PASS/BID) e à FUNASA. Lagêdo do Tabocal encaminhou projeto de SES ao Faz Cidadão.

Os municípios de Amargosa, Itiruçu e Valença dispõem de ETEs implantadas pela Fundação Nacional de Saúde. Mas a área da sub-bacia do Rio Jiquiriçá, no município de Valença, é ocupada por fazendas e povoados rurais que não dispõem de saneamento básico.

Sete municípios registraram problemas de insuficiência no abastecimento de água (Itiruçu, Lagêdo

do Tabocal, Laje, Maracás, Nova Itarana e Santa Inês) e/ou má qualidade da água (Itiruçu, Lagêdo do Tabocal, Laje, Maracás e Ubaíra). Apesar da ação da CAR, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, a maioria das áreas rurais ainda é abastecida através de carros-pipa ou da captação direta em mananciais, sem qualquer tratamento. Nos municípios de Itiruçu, Laje, Maracás e Ubaíra, os representantes queixaram-se da má qualidade da água fornecida pela EMBASA. Em Laje, o serviço de abastecimento de água era executado pela Prefeitura e foi transferido para a EMBASA, que está implantando sistema de esgotamento sanitário. No município de Ubaíra, o Secretário Municipal de Saúde já encaminhou à EMBASA análises comprovando a má qualidade da água fornecida.

Os representantes locais registraram, também, problemas na execução das obras para implantação do SES: dimensionamento da rede coletora e futura localização da ETE.

Em relação ao lixo, observou-se que o município de Jaguaquara é o único com destinação final adequada para os resíduos sólidos, dispostos no

aterro sanitário construído pela CONDER. No município de Valença, o processo de implantação do aterro sanitário está em fase de seleção da área. Os demais municípios possuem apenas lixões, em áreas escolhidas sem critérios técnicos. A coleta de lixo é regular na maioria das sedes municipais e inexistente ou precária nas áreas rurais. A prática de despejo de lixo nos rios pelos moradores é outro aspecto relevante deste problema.

No município de Jaguaripe, os representantes locais denunciaram o despejo no Rio Jiquiriçá, a 8 km da Ilha D 'Ajuda, de produtos químicos utilizados para lavagem de tanques, por empresa dedicada à maricultura. A pesca com bomba e com produtos químicos, o uso de cavador para coleta de mariscos arrancando raízes dos mangues, a destruição e contaminação de manguezais pela ocupação desordenada (aterros, despejo de esgoto e lixo etc.) foram outras questões específicas registradas no município, nas áreas próximas à foz do Rio Jiquiriçá.

O quadro 2 apresenta os principais problemas ambientais na sub-bacia do Rio Jiquiriçá, identificados na visita técnica.

Quadro 2
Principais problemas ambientais na Sub-Bacia do Rio Jiquiriçá, identificados na visita técnica

Municípios	Desmatamento	Água	Esgoto	Lixo	Assoreamento	Enchentes	Pesca Predatória	Agrotóxicos	Conflitos de Uso	Outros Despejos
Amargosa	X			X						
Brejões	X		X	X	X			X	X	
Cravolândia	X		X	X						
Elísio Medrado	X		X	X						
Irajuba	X		X	X	X			X		
Itaquara	X		X	X	X	X		X		Matadouro, açougues, salga de carnes em Jaguaquara
Itiruçu	X	AB.	X	X				X		Pocilgas
Jaguaquara	X		X	X				X	X	
Jaguaripe	X		X	X			X			Maricultura (limpeza de tanques)
Jiquiriçá	X		X	X						Matadouro
Laje	X	AB/QL	X	X			X			Matadouro, pocilgas, casas de farinha e lavagem de carros
Lagêdo do Tabocal	X	AB/QL	X	X				X		
Maracás	X	AB/QL	X	X	X			X	X	
Mutuípe	X		X	X						
Nova Itarana	X	AB.	X	X						
Planaltino	X		X	X						
Santa Inês	X	AB.	X	X						
Ubaíra	X	QL	X	X				X		
Valença	X		X				X			

Fonte: informações prestadas pelos representantes dos municípios, no decorrer da visita técnica realizada pela Equipe Técnica Executora do Programa, de 21 a 25/02/2000. AB - Abastecimento de água; QL - Qualidade da água

Fase de implantação

Na fase de implantação do Programa de Engenharia Sanitária e Ambiental da sub-bacia do Rio Jiquiriçá, a equipe técnica realizou 16 cursos de capacitação, formando cerca de 274 multiplicadores: técnicos das Prefeituras e de órgãos estaduais atuantes na sub-bacia, com destaque para a EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola; professores e diretores de escolas; produtores rurais; líderes comunitários; membros de pastorais; organizações não-governamentais como o MAR – Movimento de Ação Regional, do município de Valença, e o Jequitibá, do município de Ubaíra.

A programação dos cursos abrangeu: dinâmicas de sensibilização; oficinas de construção de conceitos e de reciclagem de atitudes; exposições sobre a problemática da água no mundo, no Brasil e na região; as políticas nacional e estadual de recursos hídricos; a ação do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá; trabalhos em grupos sobre saneamento, matas ciliares, agrotóxicos, manejo e conservação do solo e das águas na propriedade rural; e construção coletiva de propostas de ação. Palestras especiais sobre as obras de esgotamento sanitário foram ministradas por técnicos da EM-BASA nos cinco municípios onde elas foram realizadas. Palestra de técnicos da FUNDACENTRO, especialistas em saúde do trabalhador, foi ministrada no município de Jaguaquara, onde o índice de casos de contaminação é elevado.



Curso de capacitação – Ubaíra, 08/06/2000

Cada município integrante do programa recebeu um conjunto de materiais de apoio, composto por livros, cartilhas, folhetos e fitas de vídeo produ-

zidos pela própria Equipe Técnica Executora do Programa ou obtidos junto à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia, Diretoria de Desenvolvimento Florestal do Estado, CONDER – Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia e FUNDACENTRO/Ministério do Trabalho.

A metodologia, os conteúdos e os recursos didáticos possibilitaram aos multiplicadores tanto o acesso ao atual estado da arte na gestão de recursos hídricos (Conferências de Dublin e de Haia, legislações federal e estadual, panorama mundial, brasileiro e regional) quanto à discussão dos problemas locais, como a carência de saneamento, o manejo inadequado de agrotóxicos, a destruição das matas ciliares, as práticas não-conservacionistas na agricultura e na criação de gado.

Fase de acompanhamento

As propostas de ação elaboradas pelos multiplicadores, visando a disseminação dos conteúdos do curso nas comunidades e a resolução de problemas locais, foram acompanhadas pela Equipe Executora, através de contatos e reuniões periódicas.



Reunião de Acompanhamento – Jequiçá, 31/10/2000

Seminário de integração dos multiplicadores

O desenvolvimento do Programa culminou com a realização de um Seminário de Integração, reunindo 168 pessoas: 94 multiplicadores formados pelo Programa em 15 municípios; representantes de instituições afins, representantes dos municípi-

os, recém empossados nas prefeituras da região, que se agregaram ao trabalho sensibilizados pelas ações do Programa, os técnicos da SRH, a Presidente da ABES-Seção Bahia, a Equipe Técnica Executora do Programa, o Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês e autoridades governamentais: Diretor da Superintendência de Recursos Hídricos – SRH; representante da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; Assessor Técnico da SRH e Supervisor do Convênio SRH/ABES; Coordenador de Recursos Hídricos da Secretaria de Infra-Estrutura e diretor da ABES – Seção Bahia; prefeitos de 7 municípios (Itaquara, Santa Inês, Lagêdo do Tabocal, Ubaíra, Jaguaquara, Brejões, Jiquiriçá); e representantes de outras 7 prefeituras – Itiruçu (vice-prefeito), Mutuípe, Maracás, Cravolândia, Irajuba, Valença e Nova Itarana.



Participantes do Seminário de Integração

Nesse grande encontro, os multiplicadores puderam avaliar e trocar experiências através da apresentação dos resultados do Programa em seus respectivos municípios. É importante destacar que, além do valor das ações relatadas, vários grupos de multiplicadores ilustraram as suas exposições com esquetes teatrais, poemas, músicas e outros recursos educativos.

O segundo dia do Seminário foi dedicado, em grupos temáticos, à construção, apresentação e debate em plenária de propostas coletivas de ação, visando a continuidade do Programa.

Os participantes do evento foram distribuídos em três grupos de trabalho conforme sua área de atuação: Saneamento, Saúde e Meio Ambiente; Manejo agropastoril; e Educação Ambiental nas

Escolas, onde puderam discutir e formular propostas de ação conjunta.

A Equipe Executora reuniu e distribuiu material didático e informativo complementar ao kit entregue nos cursos em cada municípios. Neste kit foi incluído o Texto de Apoio ao Multiplicador, elaborado pela referida equipe, assim como Boletins Informativos da ABES/Seção Bahia, que contribuíram para divulgar e fortalecer o programa e as ações dos multiplicadores.



Apresentação das ações dos multiplicadores no Seminário de Integração

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

O primeiro resultado significativo do Programa foi a formação de uma grande **rede de pessoas e instituições atuando a favor da preservação e da melhoria dos recursos hídricos da sub-bacia do rio Jiquiriçá, construída pelas articulações promovidas durante o desenvolvimento do trabalho**, antes, durante e após os cursos de capacitação. Órgãos públicos federais e estaduais, prefeituras, instituições de ensino, associações de produtores e de agentes de saúde, sindicatos, ongs e outros responsáveis por ações ou projetos em curso na região foram visitados e articulados ao Programa, trocando experiências e informações, estabelecendo parcerias.

Os cursos possibilitaram a **divulgação da Lei 9.433/97**, que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos e das **ações da Superintendência de Recursos Hídricos da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado da Bahia e da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente**, enquanto os órgãos responsá-

veis, pela administração das águas de domínio estadual e federal, informação desconhecida pela maioria dos participantes. A participação de órgãos técnicos, como a EBDA e o CEPLAC, **permitiu a integração ao processo de gestão dos recursos hídricos, no nível local, dos atores responsáveis pela orientação do manejo dos solos, águas e culturas das propriedades rurais.**

Os cursos possibilitaram, também, **a integração dos diversos setores de cada município**, bem como a troca de informações e experiências desenvolvidas na região. Foram conhecidos diversos trabalhos voltados para a recuperação e a preservação do meio ambiente que estão em andamento na sub-bacia do rio Jiquiriçá. Dentre eles destacam-se: a criação da APA municipal da serra da Jibóia, em Elísio Medrado; o trabalho de saúde ambiental que promoveu a reforma na criação de porcos na zona urbana de Lagêdo do Tabocal, realizado pela Vigilância Sanitária, e o levantamento da flora existente ao longo do rio Jiquiriçá, no trecho entre Lagêdo e Itaquara, em desenvolvimento pela Prefeitura de Lagêdo do Tabocal.

Durante os cursos, os participantes **perceberam que** a luta pela preservação das fontes de água é, hoje, uma preocupação mundial; que o rio Jiquiriçá encontra-se bastante degradado, em razão de diversos fatores (desmatamento, carência de saneamento, manejo do solo e das águas, no meio rural, uso do solo, no meio urbano etc.); **que a ação individual, coletiva e pública para solucionar os diversos problemas é necessária, possível e urgente.**

A construção de propostas de ação, pelos próprios multiplicadores, e o fato de 78,83% dos 274 multiplicadores formados pelo Programa atuarem diretamente na educação formal (nas escolas) **e não-formal** (ações de Educação e Saúde, atuação como lideranças comunitárias ou integrantes de organizações não-governamentais), potencializa a disseminação da educação sanitária e ambiental nos municípios. **A participação das prefeituras**, em todas as etapas do Programa e nos cursos, através de representantes dos gabinetes dos prefeitos, das Câmaras e dos diversos órgãos públicos (educação, limpeza urbana e saúde), também foi bastante expressiva, dando o indispensá-

vel suporte institucional ao desenvolvimento do trabalho.

As reuniões de acompanhamento, realizadas pela Equipe Técnica Executora do Programa, em novembro de 2000 e em janeiro de 2001, possibilitaram o registro de um segundo conjunto de resultados significativos, formado pelas ações dos multiplicadores. **Em todos os 17 municípios**, apesar das dificuldades decorrentes do período eleitoral, **ocorreu o repasse dos conteúdos trabalhados nos cursos**, com apoio dos materiais distribuídos. Os multiplicadores integraram a preocupação com a defesa das águas e das matas ciliares, os cuidados com o saneamento, o manuseio correto dos agrotóxicos e a conservação do solo às suas rotinas de trabalho e/ou militância, nas escolas, unidades de saúde, pastorais, associações de produtores rurais, ongs e órgãos públicos municipais e estaduais.

O **Seminário de Integração dos Multiplicadores do Programa** constituiu, ele mesmo, um resultado altamente positivo do trabalho, uma vez que permitiu uma **avaliação coletiva dos resultados do trabalho pelas instituições responsáveis pela sua execução** (SRH/SEINFRA/Governo da Bahia, SRH/MMA e ABES/Bahia) e **pelos principais participantes** (instituições parceiras, prefeituras da região e multiplicadores), além de ter como produto a **construção de propostas coletivas de ação para continuidade das ações de educação sanitária e ambiental na sub-bacia do rio Jiquiriçá.**

CONCLUSÕES

O trabalho desenvolvido na sub-bacia do Rio Jiquiriçá permitiu verificar a importância das ações de educação ambiental no processo de construção de uma gestão de recursos hídricos, descentralizada e participativa. Em todos os 19 municípios, os multiplicadores possuíam, antes dos cursos de capacitação, noções sobre a importância da água para a vida, mas desconheciam a dimensão e complexidade da escassez dos recursos hídricos, bem como as possibilidades de participação oferecidas pelo novo modelo de gestão. De fato, muitas vezes, os multiplicadores desconheciam até mesmo os canais de acesso à Superintendência de Recur-

sos Hídricos, órgão responsável pela gestão de recursos hídricos no estado da Bahia, bem como os procedimentos para solicitação de outorga e formação de associações de usuários. Na oficina de construção de conceitos, o saneamento foi, em todos os cursos, o conceito mais difícil de ser trabalhado pelos participantes.

A execução de programas de educação ambiental é uma atividade que pode e deve ser desenvolvida por ongs, uma vez que potencializa o compromisso de difundir conhecimentos e informações técnicas que contribuam para ampliar e qualificar a participação social na gestão de recursos hídricos, bem como o controle social sobre os serviços de saneamento, melhorando a qualidade do ambiente e da vida da população.

REFERÊNCIAS

- ABES NOTÍCIAS, BOLETIM INFORMATIVO. Salvador: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental/Seção Bahia, v. 5, n. 9, ABES Notícias, Boletim Informativo fev. 2001.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Política nacional de recursos hídricos*. Brasília, 2000.
- BURGOS, H. A.; CASTRO, M. E. R.; ROSA, M. S. *Relatórios técnicos do Programa de Educação Sanitária e Ambiental da sub-bacia do Rio Jiquiriçá*. Salvador: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental/Seção Bahia, 2000.
- GOVERNO DA BAHIA. Leis Federais e Estaduais de Meio Ambiente. *Caderno III – Legislação de Recursos Hídricos*. Salvador, CAR, 1995.

